

## Prática de leitura e exercício filológico de crítica textual: a vida do texto e do livro\*

AIRES A. NASCIMENTO  
(Universidade de Lisboa)

Não é pequena a emoção da criança quando pela primeira vez lhe entregam um livro que a coloca a caminho de identificação com os adultos e lhe permite ficar, ela só, a construir o seu mundo interior. Não é menor a emoção do estudante que aprende a familiarizar-se com o processo de análise do livro manuscrito: o encontro com a singularidade, o reconhecimento de uma significação por trás das marcas codicológicas, a descoberta de correlação entre texto e suporte, tudo isso é uma revelação para quem se habituou ao produto normalizado do impresso. Entusiasma-se esse mesmo estudante com o texto que vai dominando pela leitura; todavia, só com esforço deixará que os seus olhos desçam ao aparato crítico que acompanha esse texto até lhe ser desvendado que através dele deve poder reconstituir a história desse mesmo texto.

Martin L. West abre o seu livro sobre *Crítica Textual e Técnica Editorial*<sup>1</sup> recordando a entrevista de Eduard Fränkel com Leo em que aquele se sente pouco menos que suspenso entre céu e terra, no limbo dos impuros, com o desapontamento do mestre perante a confissão de que a sua leitura de Aristófanes não estava apoiada num aparato crítico. A reacção significava que o caminho da erudição ainda não começara a ser trilhado e o aprendiz de filólogo, por muito

---

\* O texto que se segue constitui versão alargada do que foi apresentado na sessão do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa da Linguística (Braga, 1 de Outubro, 1996); salvo alteração de pormenor menos significativo, como o título, na sua base, está a conferência proferida no I Congresso Nacional de Latim Medieval (León, 1-4 Diciembre 1993) – cf. *Actas*, ed. Maurílio Pérez González, León, 1995, pp. 61-74; os organizadores do Encontro referido, dada a temática em causa, consideraram útil admiti-lo naquele enquadramento; para eles, e em especial para o nosso colega e amigo Prof. Ivo de Castro, o nosso agradecimento por podermos estender a outros o resultado de uma reflexão construída ao longo do nosso Seminário de Codicologia ministrado tanto na Faculdade de Letras de Lisboa como noutras Universidades Portuguesas (Porto e Braga, nomeadamente).

conhecedor que se mostrasse da língua grega e entusiasmado com o texto que constituía os seus encantos, arriscava-se a ficar à porta da ciência, porque não entendera o processo da iniciação filológica... Comenta West: "A crítica textual não representa tudo nem o fim do saber clássico, que é o estudo de uma civilização; mas é uma parte indispensável". E argumenta: "A maior parte do nosso conhecimento da antiguidade provém, de facto, de quanto escreveram os antigos. Mas em quase todos os casos esses textos apenas sobreviveram, quando sobreviveram, em cópias distantes dos originais, e nenhuma delas está isenta de erros". Esta imagem, por mais prestigiosa que seja e corresponda a um momento importante da filologia clássica, tem algo de contraditório.

A tónica do erro é algo desconcertante nesta argumentação. Como se na existência do erro residisse a legitimidade de uma ciência e a superação dele dispensasse o contributo da ciência que o conseguira afastar... Esta concepção iluminista distancia em vez de aproximar e só a custo, e, bem assim, apenas em poucos casos, conseguirá trazer ao aparato crítico o estudante que se delicia com o texto que lê. Que lhe importa que os bárbaros e incultos de outros tempos não tenham percebido o que tinham na frente? Não tem ele agora ali uma edição com a garantia dada pelos melhores conhecedores da matéria? Se alguma vez se interessar pelo editor, como homenagem ao seu saber ou por gratidão das horas de agradável leitura que lhe proporcionou, talvez então esse estudante tenha alguma curiosidade em saber como ele chegou àquele resultado.

Nesse momento, porém, faltar-lhe-á porventura método para reconhecer o mérito desse trabalho, ou, noutra dimensão, terá dificuldade em encontrar alguém com quem partilhar a descoberta ou com quem discutir a pertinência das escolhas ou as correcções feitas pelo editor do seu texto. No entanto, se todas as cópias contêm erros, porque havia a edição impressa de ter escapado a eles? Quase por inevitabilidade, somos levados a pôr de lado a tónica do erro e a aprender a servir-nos dele. Ou será a crítica textual um exercício de caça ao erro? Não será antes o entendimento de um processo que tem a transmissão do texto como objecto e a vida do texto como motivação, recuperando incidências de leitura e de cópia, para devolver esse mesmo texto à sua história e ao convívio de uma comunidade de leitores, por superação de eventuais deformações de transmissão? E, de facto, será indiferente para a leitura de um texto conhecer a sua história? Ou será possível outra coisa que não seja o resultado dessa mesma história recuperada a partir da historicidade dos instrumentos que lhe servem de testemunho?

Algumas vezes se terão proposto à crítica textual objectivos utópicos e inatingíveis. "A edição crítica, confessa C. Sirat, que pretende ser indefectível e inultrapassável, que se propõe atingir o texto autêntico ou dar um quadro exaustivo da tradição manuscrita, é um mito. Em qualquer dos casos, sabemos hoje que isso é impossível. Os «paradigmas» da ciência contemporânea são bem diferentes daqueles que estiveram na base da ciência positivista do século passado. Aprendemos que o avanço científico é o questionamento da realidade dos objectos ou dos documentos mais modestos e que a resposta está em função das questões postas. Somos hoje mais modestos que os nossos predecessores e sabe-

mos que uma obra científica nunca é definitiva, que o editor de um texto não pode reunir numa só pessoa todas as competências presentes e futuras"<sup>2</sup>.

Anular-se-á a imagem do filólogo se lhe recusarmos as chaves da erudição ou se pusermos em causa as certezas racionalizadoras de um *stemma*? Que lhe fica, afinal, reservado? Por certo que não contou com o filólogo o livreiro que para fazer a sua própria propaganda assentou uma escala dos intervenientes no processo do livro. "Escrever um livro é coisa fácil: basta ter caneta, tinta e papel, que passivamente suportam qualquer trato. Imprimir um livro é coisa já mais difícil, pois frequentemente o génio escreve em caligrafia quase indecifrável. Ler um livro é ainda mais difícil, porque sobre isso impende a ameaça do sono. Porém, vender um livro é a tarefa mais árdua a que um ser humano se possa dedicar". Esse conspícuo e gracioso livreiro que, firmando-se na autoridade de Felix Dahn, assim pretendia enaltecer a sua profissão, mais que chamar a si os lamentos do conhecido *Beatus ille qui procul negotiis...* de Horácio, repetia, provavelmente sem o saber, os queixumes lançados por inúmeros copistas ao longo de séculos no final dos manuscritos contra a dureza do trabalho de escrita que tiveram de suportar durante dias e meses; os colofões<sup>3</sup> aí estão para alertar que nem sempre é entusiasmante participar na elaboração e difusão do livro, mesmo que ao seu autor isso pareça a forma mais natural de colaborar com os arroubos do seu génio. Encurtando caminhos, não teve horizontes o nosso livreiro (e porventura não os terão bastantes universitários) para identificar alguém responsável por todo o processo que vai do autor ao destinatário passando pelo exame da idoneidade dos intermediários. Menos ainda terá advertido esse promotor do livro no processo inverso, que consiste em reunir os testemunhos dispersos de um texto, situá-los no tempo, refazer a sua história, reco-nhecer a sua funcionalidade e, se possível, as suas motivações, verificar o efeito de situação e deriva, fixar um texto que melhor interprete o sentido da tradição e apresentá-lo em forma acessível e útil aos leitores de hoje.

A função do filólogo não se resume a ler e examinar um testemunho firmado por um autor. Ainda mesmo que comprovadamente se encontre perante um autógrafo, tem ele de estabelecer o grau de confiança que merece o registo escrito relativamente à vontade final e irrevogada do seu autor, não aconteça que qualquer acto posterior tenha invalidado essa decisão. Mais que isso, ainda quando reconhecida essa vontade última, não pode o filólogo dispensar o exame de factores aleatórios que eventualmente possam ter interferido no processo de escrita e traído o grau de consciência reflexa do próprio autor.

Quando, porém, a distância do tempo se interpôs e se multiplicaram os testemunhos da tradição, tem o filólogo de reinterpretar e refazer o percurso, examinando se a cadeia que obteve é linear e permite remontar ao texto primitivo ou apresenta soluções de continuidade que condicionam a própria recuperação do texto. Mais do que o original do autor, pretende assim o filólogo determinar qual o texto que melhor corresponde ao processo histórico da tradição, superando inevitáveis acidentes de percurso.

Por exigência de método científico, deve o filólogo tornar manifestos os seus critérios e procedimentos de percurso e bem assim demonstrar que eles são coe-

rentes com o valor individual e colectivo dos testemunhos. Estabelecer tal valor implica, por si, situá-los nas motivações que lhes deram origem e podem explicar as suas variantes ou mesmo os seus acidentes e deduzir indicações quanto à relação que ao longo do tempo se foi criando com o próprio texto.

Mas tornar patentes esses critérios é também desvendar a própria leitura do texto e motivar novos actos dessa leitura. Radicalmente, o texto pertence a uma comunidade que o tornou objecto de leitura e, como tal, o integrou como parte da sua vida. Pela sua actuação, o filólogo intenta restituir-lho na recuperação do seu processo histórico.

Concomitantemente, ao actuar sobre o texto, que é objecto de interesse colectivo, fica o filólogo submetido ao juízo da sua comunidade de leitores. Esse juízo mais não pode ser que a contraprova da sua atestação qualificada e o próprio filólogo sentir-se-á compensado nos seus esforços se abrir caminhos a um maior interesse pelos caminhos da tradição do texto e conseguir alargar o círculo de leitura e de diálogo em torno desse mesmo texto, através dos instrumentos para isso criados (edição e respectivos comentários).

É nesta cumplicidade de leitores que assenta o uso crítico de uma edição de texto. Tal uso parece depender mais dos critérios do gramático que dos do filólogo. Não podemos esconder que há diferenças entre um e outro, mas também não excluimos a convergência de ambos em objectivos comuns relativamente ao texto. Entre aceitá-lo desprevenida e ingenuamente como objecto de análise, fora de todo o processo que o trouxe até nós, ou tomá-lo como termo desse mesmo processo, para se certificar da correcção dos intermediários que lhe serviram de suporte ou mediação, não há apenas diferença de horizonte, mas também de integração num todo global que é a leitura como acto de uma comunidade. O gramático discute a correcção da frase e apela para o contexto próximo, imediato ou referencial, a fim de garantir a idoneidade das partes. Só a apreciação do processo de transmissão alarga a perspectiva ao grupo de intervenientes nessa transmissão para confirmar se da convergência de leituras se pode tanto garantir a identidade originária do texto como reconhecer, pelas mediações e formas instrumentais, os modos de integração desse texto numa comunidade de leitores. Do texto para os instrumentos e destes para os seus destinatários forma-se o círculo de uma cultura que não é apenas comunicação, mas integra igualmente o reconhecimento do processo. Em consequência disso, a nossa relação com o livro reajusta-se e alarga-se; simultaneamente quotidiana e distante, especializada e técnica ou banal (pela acessibilidade e pelo conhecimento que dele formamos), tanto pretende interrogar a instrumentalidade ou a difusão e uso como intenta atender aos interesses que estão subjacentes. Talvez porque a sua forma tradicional, a de códice, que serviu à cultura ocidental ao longo de dois milénios, encontra concorrência nos novos suportes informáticos, a reflexão sobre a sua instrumentalidade elevou-se a níveis mais estruturados que em épocas passadas e a recuperação da sua história passou a fazer parte do nosso universo de investigação. Está em causa sobretudo ultrapassar fronteiras de sector para uma integração global de várias perspectivas em ordem a uma recuperação mais completa do seu valor funcional.

O exercício crítico releva da análise interna do resultado que é a edição. Verificar a coerência das opções por referência à linguagem do texto supõe também receber do filólogo a indicação da coerência com a situação do texto no seu meio de origem. Se o filólogo deve garantir a autenticidade de usos menos normalizados e pronunciar-se sobre a necessidade de lhes prestar atenção, ganhará o crítico com alargar os horizontes de observação. O editor de textos conta com a leitura crítica e o crítico, que não pode refazer toda a caminhada desenvolvida pelo editor, deve apreciar a coerência das opções e aceitar o aprofundamento de leitura que se abre com a nova experiência editorial.

Tal exercício crítico faz parte da prática mais habitual do filólogo perante qualquer edição de texto. É o primeiro acto de homenagem que se pode prestar ao editor. Já Platão assinalara que "quem disse que Íris é filha de Taumas não estabeleceu mal a genealogia" (*Teet.* 155 d); e não foi certamente em vão que Plínio reclamou que a amizade se manifestasse em discordância crítica: "adnota quae putaueris corrigenda; ita enim magis credam cetera tibi placere, si quaedam displicuisse cognouero" (*Ep.* 3, 13). Ou seja: "aponta o que julgares que deve ser corrigido; é que apenas acreditarei que o resto te satisfaz se chegar a saber que alguma coisa te causou menos agrado".

Quando tomamos, por exemplo, a *Ep. ad Pamachium*, 57, de S. Jerónimo<sup>4</sup>, o leitor que chega ao § 3,1 tem o direito de se perguntar se em vez de *Ac* não deverá ler *At*, já que está perante uma oposição de sentido e não com uma associação. Em 4,1 ficará hesitante sobre a escolha do editor que admitiu *limitas sagittas* quando a frase reclama *limatas sagittas* e talvez se interrogue sobre a pertinência de esse mesmo editor remeter para a autoridade de Venâncio Fortunato como legitimação para adoptar essa variante, pois a deformação do sentido do texto não ganha com o anacronismo da referência. Mas já em 4,2 a reacção mais imediata não serve certamente a lição que mais convém; I. Hilberg, no *Corpus Vienneuse*, admitiu a lição *peruersorum dogmatum*, em contraposição a *peruersorem dogmatum* da maior parte dos testemunhos da tradição; uma eventual cedência a este critério quantitativo poderia parecer reforçada por um pretenso paralelismo de expressão na frase; todavia, o *corpus hieronymianum* leva a reconhecer em Jerónimo uma preferência pelo grupo *dogma preuersum*, equivalente de *haeresis*; em tais circunstâncias, fica em aberto a hipótese de *peruersorem* ser um erro de tradição. O mesmo processo de análise postularemos para 5,4 em que a oposição criada exige *suae* e não *suis* numa frase em que está em causa salientar a pertinência do trabalho de Cícero em verter de língua alheia para a própria: *proprietas alterius linguae, suae proprietatibus, explicare*; o editor terá no caso vantagem em se socorrer de expressão similar utilizada por Jerónimo na *Ep.* 106, 3. Num passo imediato, é Jerónimo quem se cita a si próprio a partir da sua tradução do *Chronicon* de Eusébio; a lição tradicional *excidere* da *Ep.* 57 não corresponde à tradição do texto latino do *Chronicon* e só à força cabe no contexto: não restará certamente senão considerarmos ter havido interferência fonética no registo dos testemunhos mais antigos.

Estas reacções de um leitor terão confirmação na história da tradição? Em contrapartida, não será o sentido do texto a base indispensável para entender

essa tradição? Manter os dois pólos em correlação directa é indispensável e é tarefa do filólogo. Neste caso concreto, aguardamos ainda quem tome a seu cargo esse trabalho.

O editor experimenta dificuldades particulares (por deficiência de um dos termos da relação) em caso de manuscrito único e verificará que pode ser traído pela gramática normativa quando os textos sejam menos normalizados. Na edição do *Comentário ao De Nuptiis Philologiae et Mercurii* de Marciano Capela, atribuído a Bernardo Silvestre<sup>5</sup>, conhecido por testemunho único integrado num códice miscelâneo (talvez originário de meio escolar e provavelmente sem revisão), o editor teve de resolver alguns casos menos habituais. Num deles, 5,206, assinalou uma *crux* para +*an*+; ela não tem razão de ser, pois a forma era certamente a do original e está tratada no *Catholicon*, s. u. *Am: prepositio semper in compositione inuenitur* com previsão daquela variante gráfica e explanação de valor em palavras formadas com este elemento. Também em 11,126 a correcção de *semo* para *semi* traiu, por excesso de normalização, a atestação de Papias: *Semis, is, id est medius; inde semus, -a, -um, id est, non plenus*.

Esta determinação do uso legítimo só pode ser decidida por situação do texto no seu meio de origem. É para ela que nos remete a solução do problema levantado por um passo (§ 13) da *Vita Fructuosi* editada por M. C. Díaz y Díaz. Fiel à tradição textual, manteve o editor a expressão *ad alteriorem ripam*; um crítico reputado, a pretexto de que a fonte do passo (Sulpício Severo, *dial.* 3,9) apresentava uma lição mais correcta, propôs que se emendasse para *ad ulteriorem ripam*. Seria inevitável em tal proposta argumentar com a ambiguidade de leitura por confusão entre *a / u* em escrita visigótica. A verdade é que a compilação hagiográfica de Valério de Bierzo em que aquela *Vita* é transmitida dá para o passo de Sulpício Severo precisamente aquela lição, o que faz supor que se trate de uma versão regional de que se terá servido o autor do texto em causa<sup>6</sup>.

O apoio sobre a *lectio difficilior* é um dos recursos possíveis da *emendatio* crítica<sup>7</sup>. A sua determinação, todavia, não pode dispensar dois critérios: a base da tradição e o sentido do texto. Quanto ao primeiro, nunca se insistirá demais sobre a necessidade de atender à representatividade do testemunho. Por tal razão, os leitores de Séneca perguntarão porque é que não tem sido tomado em consideração o *Vaticanus Pal. lat.* 869 que em vez de *epistulae uenerunt parum dulces* da *Ep.* 96 nos dá a lição *epulae uenerunt parum dulces*. Esta lição, para a qual chamou a atenção Leonard E. Boyle<sup>8</sup>, é a única que preserva o sentido completo no texto. Recolhe, por outro lado, um ramo perdido da tradição, apenas salvo pela atenção de um cuidadoso revisor do séc. XII que o tomou certamente de um testemunho com que colacionou o manuscrito que se conservou. Efectivamente, a análise codicológica revela que a lição *epulae* representa uma emenda feita justamente sobre *epistulae*: o revisor do séc. XII tinha certamente à sua disposição um outro códice que lhe permitia atender a um erro introduzido provavelmente por desenvolvimento incorrecto de uma abreviatura: *ep'lae*. O *ingenium* de Erasmo e dos sucessivos editores não foi suficiente para recuperar o que um testemunho esquecido nos dá e que sendo *lectio difficilior* assegura sentido ao texto e tem toda a probabilidade de ser autêntica.

A escolha torna-se, por vezes, complexa e obriga a prudência, para evitar que se corrompa o que se pretende recuperar, pelo que a contraprova é necessária<sup>9</sup>. No prefácio dos *Apophthegmata Patrum* de Pascásio de Dume<sup>10</sup> figura um inciso em que o último editor admite como *difficilior* a forma *excludi* em vez de *excudi*, dando como justificação que esta constituiria uma correcção simplificada introduzida pelo elaborador do arquétipo ao experimentar dificuldades em compreender a frase. A verdade é que com tal lição a sequência discursiva não se mantém, obrigando a entender um conector justificativo (*enim*) como adversativo. Por outro lado, a forma *excudi* é postulada pela correspondência com os verbos complementares *scribi* e *legi* que pertencem ao mesmo contexto; só ela, aliás, tem continuidade em *ingenium* (que há-de entender-se no seu sentido habitual de qualidades intelectuais e não com conotação moral). A aceitação de *excludi* como forma vulgarizante (o que não está provado) admitiria, pelo contrário, um traço que de modo algum se compagina com o carácter elaborado do prefácio (tão elaborado que nele não falta o apelo à autoridade de Sócrates<sup>11</sup> nem uma reminiscência de Plínio o Jovem<sup>12</sup>). Do mesmo modo, e por razões semelhantes de não integração no contexto, nos parece de pôr em causa a lição *renituissem*; a sua base de tradição, de resto, é insegura, pois apenas aparece num testemunho (M) contra o resto da tradição, que apresenta *renuissem*; para mais, esse testemunho não é isento de falhas noutros passos. E, se tudo isso não chegasse, bastaria atentar no ritmo das cláusulas para verificar que *renituissem* constituiria uma excepção que, para manter, seria necessário justificar.

Não é demais insistir em que o sentido global do texto é requisito imprescindível do exame crítico, particularmente em casos de testemunho único. O editor que trabalha com muitos manuscritos pode depreender da própria tradição textual uma certificação do entendimento do texto, pois a convergência de testemunhos pressupõe leituras iguais. Situação diferente é a de manuscrito único. A falta de qualquer marca de leituras ou de intervenção de um corrector deixa naturalmente dúvidas quanto a uma responsabilização certificada diferente da do copista. A idoneidade deste, por outro lado, não exclui faltas inerentes ao mecanismo da cópia ou a interpretações menos correctas. Referiremos um caso que tivemos ocasião de analisar na *Vita Tellois*, escrita por Pedro Alfarde, em meados do séc. XII, em Santa Cruz de Coimbra<sup>13</sup>. No manuscrito, lê-se: *Colimbrie uero sublimatur bone memorie Gundisaluus pro episcopo et efficitur cor episcopi Tello, qui licet opibus potentiaque opitulantis desideratum nequit uel incipere uotum, consociis locoque ubi statueretur deficientibus*. Gramaticalmente, o texto é correcto e a leitura do único testemunho existente não suscita dúvidas. No entanto, a expressão *cor episcopi* levanta problemas de contexto. Por um lado, a metáfora, que não tem correspondência com o estilo do autor, é estranha: efectivamente, algumas linhas antes, a expressão de estima pelo biografado é expressa directamente por *familiaritas*. Por outro lado, o núcleo da frase parece centrar-se agora no lugar hierárquico atribuído a Telo: é ele investido na dignidade que fica logo a seguir ao bispo, enquanto espera a oportunidade de recrutar companheiros para iniciar a vida monástica. A não ser indicado aqui o cargo eclesiástico de

Telo teríamos na *Vita* uma lacuna tanto mais de estranhar quanto a designação do cargo, *archidiaconus*, sempre no texto acompanha o seu nome. Um terceiro aspecto tomámos para exame: a consistência do registo; a análise paleográfica provou-nos que o copista foi por vezes apressado em interpretar os dados que teria no modelo (com faltas de fácil resolução, mas que não lhe mereceram atenção). Por último, atendemos à possibilidade de um termo menos comum, *corepiscopus*, ser aqui utilizado pelo autor do texto; tal hipótese não devia ser excluída, dada a ocorrência de tal termo em fontes certamente conhecidas do autor, como eram Isidoro e Rábano Mauro, tanto mais que se podem assinalar associações com o texto de Isidoro para outros passos. Concluimos assim pela determinação de erro, explicável por transformação em sintagma banal de um termo não conhecido, *corepiscopus*; a sua presença no texto pode considerar-se motivada e a sua substituição menos conforme com o contexto, pelo que a sua restituição se impõe.

Com razão se pode pôr em causa a legitimidade de emendar um texto recebido, uma vez que com isso se corre o risco de alterar a forma pretendida pelo seu autor. A precaução só pode ter um sentido: manter o máximo de fidelidade aos testemunhos da tradição sempre que seja possível aceitar as suas lições. Mas os testemunhos não constituem um processo fechado. Às dúvidas da fidelidade da tradição juntam-se as aporias de interpretação, quando não existe articulação unívoca entre o significante e o significado dentro do texto. Um caso concreto será o da edição das cartas de Santo Agostinho descobertas por Johannes Divjak e objecto de particular atenção logo após terem sido publicadas. Para a 2ª edição, na colecção "Études Augustiniennes", procurou o editor aceitar as críticas formuladas à 1ª e rever as questões remanescentes com o grupo encarregado de traduzir e estabelecer os comentários previstos<sup>14</sup>. A competência indiscutível dos intervenientes nesse trabalho teve certamente repercussão na melhoria do texto, mas é possível também reconhecer como a tensão entre a leitura dos testemunhos e a preocupação por tornar claro o sentido do texto pode ter efeitos contrários e arrastar intervenções que para um juízo estranho não deixam de parecer excessivas e menos respeitadoras da tradição (talvez até porque os testemunhos são tardios e de qualidade duvidosa). Num caso exemplificativo de reinterpretção do testemunho, julgamos estar isso em causa e ser admissível solução diferente<sup>15</sup>. Em 3,4,123, colocando a frase no seu contexto, preferimos ler: *Neque enim in eius est potestate ut filia uiuat aut pereat, et utique metuendum est ne, cum aliud forte (quod absit) acciderit, existimet se esse defraudatam et quasi mercedem sui propositi perdidisse et ista carnali cogitatione deficiat*. A nossa correcção consiste em ler *pereat* em vez de *pariat* e em manter *uiuat* (que o editor altera para *nubat*). Firmamo-nos na possibilidade de interpretar diferentemente uma abreviatura e admitir uma equivalência fonética, numa fase do processo da tradição: *pereat* : *periat* : *pariat*. Com esta solução, salvaguardamos a alternativa expressa por *aut* e entendemos *aliud* que se segue como referido ao segundo membro da alternativa, integrando, no contexto, o inciso *quod absit*. Com isto mais não propomos que recuperar o valor de abreviatura ambígua, e a partir da sua restituição evitar que o processo de correcção alastre.



Há assim o exercício crítico que faz parte da leitura de um texto. E há um grau de leitura que tem relação directa com a edição do texto. Tal exercício crítico só tem sentido quando radica numa consciência dos problemas editoriais e os coloca por referência à tradição que há que recuperar. É que não há rigorosamente crítica textual se não há sentido da história textual<sup>16</sup>. Um equívoco de certa formação escolar mantida sobre a base de textos rigorosamente clássicos é o de reduzir a variedade de língua aos cânones da norma de um momento ou de uma situação e fazer passar por ela a base de fixação do texto. Não é menor o equívoco de considerar que as edições existentes, pelo facto de estarem impressas, constituem algo mais que base operativa para o estudo do texto. "A busca da tradição constitui um dos pré-requisitos da crítica textual, um pressuposto, uma exigência, mesmo se para alguns ela representa uma degradação. Por vezes parece que nos leva para longe do texto, que não se baseia sobre o texto, mas sobre a evolução da tradição, sobre os manuscritos, isto é, sobre o suporte do texto mais que sobre o texto em si mesmo. Na verdade, constitui o único método fiável para chegar a um texto sobre o qual se pode aplicar a crítica textual. Trata-se, com efeito, dum elemento indispensável, pois a única via de acesso ao texto que que-remos editar, mesmo que existam várias edições, é seguir os manuscritos que no-lo transmitiram. Enquanto os seus suportes não tiverem sido examinados com o máximo cuidado possível, ninguém estará em condições de submeter o texto a qualquer análise crítica"<sup>17</sup>. Há, aliás, "dois princípios fundamentais que deveriam guiar a crítica e muito especialmente a correcção: primeiro, a escolha não de-veria ser feita senão depois de um exame atento do manuscrito (ou dos manuscritos) sob todos os ângulos de análise; depois, chegados à conclusão de que a correcção é indispensável, a melhor é a mais neutra, em correspondência com o texto tal como ele é transmitido nos outros manuscritos"<sup>18</sup>.

Três momentos são fundamentais neste processo: o exame dos testemunhos, individualmente considerados e globalmente entendidos como fragmentos da tradição textual constituída por agentes interessados num texto; a fixação do texto, tendo em conta os resultados desse estudo; a edição do texto estabelecido. A consciência da articulação destes três momentos e a sua estruturação caracteriza a filologia de hoje. Não basta a crítica de texto se ela não se basear na crítica da tradição do texto, no reconhecimento do seu percurso, percebido através dos seus suportes instrumentais e dos seus intermediários. O texto não vive independente dos seus leitores e a crítica textual não é puro exercício linguístico fora do tempo, mas reconstituição de um processo situado<sup>19</sup>. Por isso se presta cada vez mais atenção à funcionalidade dos modos de transmissão, percebidos nas características materiais do suporte do texto e da sua leitura. A história do texto é correlativamente a história do livro<sup>20</sup>, integra a pluralidade dos factores que condicionam a sua transmissão. Atende aos materiais concretos, porque só eles nos permitem reconhecer relações directas estabelecidas com o texto desde a fase de escolha dos materiais à da empaginação e da escrita, da apresentação exterior e da divulgação<sup>21</sup>, como elementos que são de um conjunto globalmente significativo.

O “momento codicológico” da análise assenta no exame da constituição dos suportes, na reconstituição dos tempos e situações da vida do livro, tendo em conta os elementos extra e paratextuais que formam parte da relação de leitura e determinam tanto a singularidade de um testemunho como a sua funcionalidade instrumental ou o seu acolhimento num meio determinado. O conteúdo dessa análise codicológica é simultaneamente vasto e específico; vai dos elementos singulares até à vida das instituições. Enquanto examina o códice como instrumento de leitura atende ao formato do livro, à distribuição de espaços no fólio, aos elementos de estruturação do texto no seu conjunto, aos processos de recuperação de conteúdo ou orientação de leitura (tábuas de conteúdo, títulos correntes), sistema de rubricas, efeitos de legibilidade, decoração, relação entre suporte físico e conteúdo textual. Porque tem de constituir certificação da integridade do texto, examinará a estrutura dos cadernos e sua configuração concreta, os elementos de sequência (assinaturas, reclusas, foliação), as campanhas de escrita, as alterações de mão, as rasuras, as intervenções de revisão, as anotações, a ordenação do texto, as interrupções de suporte e de texto, a integridade ou viciação da encadernação. Enquanto dirigida à recuperação do valor funcional do manuscrito, tem a codicologia que estabelecer variáveis de uso, por tempos, lugares e instituições, ou por tipos de textos. Enquanto situa o instrumento na vida de uma comunidade, cabe também à codicologia reconstituir o universo de que o livro faz parte, integrá-lo na biblioteca<sup>22</sup> a que pertence ou pertenceu, interpretá-lo na cadeia de relações de origem ou proveniência para fundamentar um conhecimento real da comunidade que dele se serviu. Análise de constituição e estrutura material do códice, interpretação da sua funcionalidade, recuperação da sua história são três fases de uma metodologia que não se esgota na materialidade da descrição mas procura reconstituir as relações criadas com um determinado texto.

Uma descrição codicológica sumária não basta. Facilmente descairá em superficialidade inútil. Mesmo que catalograficamente servisse para inventário, escamotearia o valor de significação dos diversos elementos do livro. Efectivamente, cada códice tem uma identidade própria, constitui uma singularidade irrepetível, apresenta particularidades que ultrapassam qualquer norma e previsão; só por observação podem ser reconhecidas e apenas por descrição sistemática podem ser integradas em conhecimento consistente e repostas na sua funcionalidade e intencionalidade específica. Aos medievais não escapava essa singularidade e por isso os seus inventários anotaram o *incipit* do segundo fólio como modo de *comprobatio* de uma espécie determinada. Devemos, pela nossa parte, dar-nos conta também que a escolha de um formato ou o lançamento da empaginação tem por base uma racionalização dos espaços de leitura que certamente não é estranha à intencionalidade de destinação; a observação das proporções a que obedece essa empaginação pode permitir igualmente a recuperação de níveis de qualidade na planificação do trabalho, o que não é certamente indiferente para o cuidado com que se seguia a constituição de um exemplar; a distribuição de rubricas e de ornamentação pautam um sentido de estrutura do texto e prepara a sua leitura.

Conhecer os materiais não basta, certamente; mas permite julgar da qualidade dos intermediários pela capacidade que tinham de motivarem as suas escolhas. Capacidade para racionalizar o trabalho é sem dúvida também razão para estabelecer escolhas do texto e para vigiar a sua transmissão.

Estamos hoje cada vez mais convencidos da importância das condições em que nos foram transmitidos os textos do passado. Se não se pode negar que, ao longo dos tempos, a preservação dos textos foi mais resultado de interesses individuais de sucessivos possuidores e leitores do que da responsabilidade assumida por editores preparados para tal e conscientes dos efeitos que a sua actividade representava para os vindouros<sup>23</sup>, é verdade também que o interesse pela cópia do texto acarretava decisões demasiado graves para poderem elas ser deixadas à escolha arbitrária de qualquer indivíduo sem intervenção de instituições, fossem elas monásticas, clericais, escolares ou simplesmente profissionais. Não bastava apenas ter uma habilidade pessoal para entrar no mundo do livro; o recrutamento monástico supunha uma ritualização de escolha que exigia o consentimento do abade e a aceitação do responsável do scriptorium; o acesso a materiais era reservado e a preparação objecto de técnicas convencionais que, não fazendo parte de uma transmissão sistemática, só se tornavam conhecidas numa instituição. A recuperação de tais práticas, que não eram descritas nem explicitadas, apenas poderá ser feita através das marcas deixadas nos materiais e deve conduzir à busca do seu valor de funcionalidade para entender as motivações; estas, por sua vez, só revelam a sua pertinência quando se consegue articular a forma do suporte com a destinação de leitura e esta com o texto. Porque as marcas são singulares e individualizadas apenas a recolha sistemática nos permitirá reconhecê-las no que têm de comum, de convencional ou de variável, e também, a partir daí, de funcional. Mas, prestando atenção a essas circunstâncias, prestamos atenção também aos próprios textos. Porque, sendo eles a razão final do livro, a qualidade dos instrumentos criados revela também a atenção dedicada ao texto e determina a confiança que devemos prestar aos seus intermediários.

Se há um contraste entre os que nos precederam e o que intentamos fazer é que, se "a erudição do séc. XIX construiu poderosos esquemas de análise para abordar o estudo dos manuscritos e a história da transmissão dos textos, fê-lo em detrimento da análise da variedade complexa que apresentam os casos individuais; o contributo do nosso século está a ser o de corrigir a abstracção excessiva em favor de uma redescoberta da importância do particular. Por tal razão, os pontos de vista modernos relativos ao método editorial e à história dos textos são mais sofisticados que tempos atrás, mas também mais cautelosos"<sup>24</sup>.

Atender à materialidade do códice e dela deduzir a sua história não é dado dispensável nem hipótese teórica inatingível. Ao estudar a recensão do *In Prophetas minores* de S. Jerónimo, Yves-Marie Duval colocou a hipótese de o Alc. 338, da BN de Lisboa, não ser mais que um manuscrito transferido de Claraval para o mosteiro cisterciense de Alcobaça. A sua análise, inicialmente feita sobre microfilme, passava pelo exame das rubricas e por algumas outras particularidades externas a apoiar variantes textuais. A dependência relativamente ao ms. 191 da Bib. Municipal de Troyes, originário de Claraval, não oferecia dúvidas.

Havia, no entanto, que reconhecer que não se “tratava de um simples caso suplementar, pois correspondia a um novo estado, corrigido, do modelo, relativamente ao qual se não conhecia qualquer outro descendente”<sup>25</sup>. Pela nossa parte, depois de uma análise feita a seu pedido, transmitimos àquele erudito que algumas características codicológicas, como as técnicas de empaginação e de encadernação, nos remetiam para o scriptorium de Alcobaça, pois, pelo menos no respeitante à encadernação, apenas ali as encontrávamos documentadas<sup>26</sup>. Não significava isso que o modelo não tivesse sido tomado de Claraval. Mas, aceite tal hipótese, havia, no mínimo, também que reconhecer que pelo menos alguns agentes do códice não podiam ser identificados com os daquele scriptorium. As variantes não tinham assim que colocar-se apenas no quadro de uma contaminação possível em Claraval, mas postulavam a possibilidade de derivarem de uma tradição menos conhecida, de raiz porventura hispânica.

A última edição das obras de Gilberto Crispim<sup>27</sup> levou-nos também a advertir num aspecto da tradição textual. Nos testemunhos portugueses da *Disputatio iudei et christiani* deste autor ela aparece associada com o *Dialogus contra iudeos* de Pedro Alfonso. Independentemente de os dois manuscritos portugueses (um de Alcobaça e outro de Santa Cruz de Coimbra) poderem filiar-se num manuscrito de Claraval (ms. Troyes, B. Mun. 423), tal associação pode legitimamente interpretar-se como uma decisão local. Assim, não é apenas a origem de tais códices que é recuperada. Fica em aberto a necessidade de rever o sentido das variantes próprias desses mesmos manuscritos para perceber eventuais relações colaterais.

A atenção aos aspectos codicológicos permite-nos situar o códice. Isso, no entanto, só se torna possível quando se ultrapassa a unidade singular e se coloca em correlação com outras do mesmo fundo. Tivemos ensejo de estudar com algum pormenor a encadernação de um fundo português, o do mosteiro de Alcobaça, hoje na Biblioteca Nacional de Lisboa. Julgamos que as conclusões extraídas da análise desse elemento material permitem isolar e reconhecer a existência de um scriptorium local plenamente definido e com continuidade bastante para manter elementos tradicionais, aceitar elementos estranhos e operar contaminações técnicas<sup>28</sup>. A partir daí é-nos mais fácil determinar as opções próprias não sujeitas a condicionamentos exteriores. É que não é certamente indiferente que a existência de um texto numa determinada biblioteca seja devida a produção local ou a aquisição junto de outra entidade: o interesse por ele pode avaliar-se melhor pela decisão de uma edição (no âmbito do manuscrito, por uma nova cópia), independentemente da sua disponibilidade noutra local para eventual aquisição.

As consequências do aproveitamento das particularidades codicológicas estão patentes em recuperações tão significativas, em método e resultados, como a que nos dá o estudo tão específico e magistral de M. C. Díaz y Díaz sobre as livrarias altomedievais da Rioja, realizado sobre fragmentos, na maior parte dos testemunhos<sup>29</sup>, ou a sua análise do Códice Calistino da Catedral de Santiago<sup>30</sup>.

A recente edição do *De differentiis* de Isidoro de Sevilha, por Carmen Codoñer<sup>31</sup>, traz a um caso específico a aplicação dos critérios constitutivos da história da tradição textual. Através do exame da forma e modo de apresentação

de um texto recupera a identidade desse mesmo texto, ultrapassando desvios introduzidos desde época bastante alta. "Das mãos de Isidoro, ou pelo menos do *scriptorium* isidoriano, saiu um original ou originais ordenados tematicamente, contando com 482 lemas (...). A curto prazo, sobre uma dessas cópias, ainda por alfabetar mas procurando manter a relação temática (facto que indica ter sido percebida tal relação), foi inserida uma série de três lemas". (...) "Produziu-se simultaneamente a difusão de outras cópias que, talvez um tanto mais tardiamente, receberam adições não incorporadas e integradas no elenco, mas agrupadas no final dele". Porém, deve ter-se verificado "uma alfabetação muito rápida, o mais tardar em princípios do séc. VIII". "A alfabetação do elenco original deve ter sido realizada sobre vários exemplares de maneira independente, já que os dois manuscritos alfabetados mais antigos, *V* e *P* estão longe de serem coincidentes". Sabemos agora que desde data muito antiga o livro de Isidoro sofreu alterações profundas que marcaram toda a tradição. A história desta permite recuperar a forma primitiva do texto e restituir-lhe um interesse que porventura a velha edição de Arévalo, do ano 1796, reproduzida por Migne (*PL* 83, 9-70) não despertava.

Se tal reconstituição é possível, não será certamente indiferente, por exemplo, para o futuro editor das obras de Eugénio de Toledo ocupar-se ou não da distribuição dos seus poemas por antologias poéticas e identificar os tempos, modos e formas como isso se verificou<sup>32</sup>.

Muitas vezes, adverte G. Cavallo, "a selecção dos testemunhos, óbvia em função da crítica do texto, não atende à tradição manuscrita; esta deve pesquisar até ao fundo a estruturação 'global' de todo e qualquer testemunho; e tanto mais se interessa pelo seu objecto de estudo quanto mais este é vasto e articulado. Mas, em última análise, é verdadeiramente a indagação atenta da tradição manuscrita que permite muitas vezes discernir melhor as relações entre os vários testemunhos, dando garantias certas à selecção realizada"<sup>33</sup>. A codicologia não se remete ao que, durante algum tempo, foi um método descritivo, nem se limita, em função do texto, a registar os acidentes materiais que tenham interferência na sua integridade<sup>34</sup>, mas intenta relacionar os suportes com os textos para reinterpretar tanto a racionalização instrumental desses suportes e sua vinculação com os textos, como reconhecer as motivações das escolhas em função da ritualização das leituras e da funcionalidade do suporte para tal efeito. Como observa Guglielmo Cavallo, "o livro considerado apenas como produto material é mudo, mas o texto separado do suporte material, na pluralidade das suas componentes técnicas, é meta-histórico e insensato"<sup>35</sup>.

O regresso, crítico e metódico, aos testemunhos manuscritos é um dos postulados mais em evidência da ecdótica do nosso século. Como sintetiza Scevola Mariotti: "Os filólogos passaram a proceder como os cultores de outras disciplinas, particularmente os historiadores, que, como é sabido, se baseiam sobre os testemunhos das fontes documentais com uma confiança cada vez mais crescente. (...) A maior parte dos editores, conscientes da sua verdadeira função, abstêm-se de andar à procura de uma qualquer elegância estilística, de facto vazia, e por conseguinte evitam corrigir (ou mais exactamente corromper) lições

de tradição que podem remontar aos próprios autores. (...) Dentro do mesmo respeito escrupuloso da tradição se coloca o facto de que os editores de textos latinos, ou os estudiosos que preparam uma edição, procuram a colação de manuscritos nunca antes explorados para examinarem o contributo que podem trazer à reconstituição do original. (...) Poder-se-ia observar que o motivo principal por que se começaram a explorar mais largamente os manuscritos consistiria no facto de que só agora o acesso se teria tornado mais fácil e as reproduções fotográficas se podem obter com maior celeridade e a mais baixo preço. Ao que penso, tal opinião não vai ao fundo da questão. As causas são outras e de maior relevância. Acima de tudo os melhores estudiosos fizeram seu o princípio pasqualiano *recentiores non deteriores*; a isso vem juntar-se a perspectiva de que não é estranho ao trabalho do editor procurar a recepção dos autores publicados; enfim, há que ter em conta o facto de que, qualquer que seja a questão em causa, se prefere resolvê-la, se possível, sobre a base de dados concretos mais que de raciocínios abstractos<sup>36</sup>.

Esta mudança de mentalidade, leva inevitavelmente o filólogo a ser menos afoito para conjecturas (muitas vezes inúteis e prejudiciais), mas mais dedicado à sua tarefa de leitor e de analista dos testemunhos da tradição, ao mesmo tempo que no aparato crítico torna mais explícitos os juízos que formula sobre essa mesma tradição. Disciplina que reinterpreta os dados da tradição, mesmo quando nenhum novo manuscrito se possa apontar<sup>37</sup>, a filologia não abdica de ser sobretudo disciplina de leitura, privilegiando o texto que uniu gerações sucessivas de homens<sup>38</sup> e reinterpreta os instrumentos de leitura de que eles se serviram.

## NOTAS

- <sup>1</sup> MARTIN L. WEST, *Textual Criticism and editorial Technique*, Stuttgart, 1973, p. 7.
- <sup>2</sup> COLETTE SIRAT, "Les éditions critiques: un mythe?", in *Les problèmes posés par l'édition critique des textes anciens et médiévaux*, ed. Jacqueline Hamesse, Louvain-la-Neuve, 1992, p. 159-171.
- <sup>3</sup> Cf. BÉNÉDICTINS DE BOUVERET, *Colophons de manuscrits occidentaux des origines au XVI.ème siècle*, Fribourg, 1965 ss.
- <sup>4</sup> A edição de I. Hilberg (no *Corpus Vienneuse*, Viena, 1910) foi reproduzida quase sem alterações por J. Lambourt (Coll. Belles Lettres, Paris, 1949-1966). Os problemas aduzidos foram objecto da nossa atenção na preparação de uma tradução portuguesa; cf. A. NASCIMENTO, *São Jerónimo - Carta a Pamáquio sobre problemas da Tradução*, Ep. 57 - Introdução, revisão de edição, tradução e notas, Lisboa, Ed. Cosmos, 1995.
- <sup>5</sup> *The Commentary on Martianus Capella's De Nuptiis Philologiae et Mercurii attributed to Bernardus Silvestris*, ed. Haijo Jan Westra, Toronto, 1986
- <sup>6</sup> MANUEL C. DÍAZ Y DÍAZ, "Le latin du Haut Moyen Âge espagnol", in *Colloques internationaux CNRS 189 - La lexicographie du latin médiéval et ses rapports avec les recherches sur la civilisation du Moyen Âge*, Paris, 1981, 105-114 (espec. p. 114).
- <sup>7</sup> HERMANN FRÄNKEL, *Testo critico e critica del testo*, trad. L. Canfora, Firenze, 1969, p. 35 ss.; D'ARCO SILVIO AVALLE, *Principi di critica testuale*, Padova, 1978, p. 117.
- <sup>8</sup> LEONARD E. BOYLE, "«Epistulae uenerunt parum dulces». La place de la codicologie dans l'édition des textes latins médiévaux", in *Les problèmes posés par l'édition critique des textes anciens et médiévaux*, ed. Jacqueline Hamesse, Louvain-la-Neuve, 1992, p. 207-222.

- <sup>9</sup> Não sem razão HERMANN FRÄNKEL, *Op. cit.*, p. 37, recomenda que "antes de tomar uma decisão à base da *lectio difficilior* se faça a contraprova e se indague o que é mais plausível: que a lição estranha, porque mais difícil, se tenha corrompido na mais fácil, ou, pelo contrário, que seja difícil a lição estranha pelo facto de se ter corrompido".
- <sup>10</sup> JOSÉ GERALDES FREIRE, *A versão latina por Pascásio de Dume dos Apophtegmata Patrum*, Coimbra, 1971.
- <sup>11</sup> A máxima socrática do *scio quod nihil scio* tem larga tradição tanto na antiguidade clássica (Cicero, *Acad.* 1,16; 2,23,74) como entre os Padres da Igreja (Hier. *Ep.* 53,9; 57,12; *Adu. Ruf.* 1,17; *Tract. de Ps.* 91,82; *In Abd. prol.* 51-52; *In Hiez.* 13, 42...).
- <sup>12</sup> Referimo-nos a "Neque enim mihi liquebit quaedam tibi placuisse nisi et aliqua displicuisse cogno-uerim"; cf. Plínio, *Ep.* 3,13, que mais atrás referimos. Sobre isto, seja-nos permitido remeter para a nota que publicamos sob o título "Um eco de Plínio, o Jovem, em Pascásio de Dume", in *Theologica* - Volume de homenagem a Avelino de Jesus da Costa, Braga, 1993 (vol. 28, fasc. 2), p. 339-342.
- <sup>13</sup> AIRES A. NASCIMENTO, "«Corepiscopus»: um arcaísmo não compreendido na «Vita Tellonis»", *Didaskalia*, 10, 1980, 381-390; vários anos após esta tomada de posição e depois de reflexão em ordem a preparação da edição da hagiografia colimbricense, consideramos que as razões de inócio se mantêm e se consolidam na análise do contexto de estratégia pastoral por parte dos bispos de Coimbra em ordem a reformarem o capítulo de cônegos que se lhes opunha por razões várias e que estão na origem do afastamento de Telo com a subsequente fundação do mosteiro de Santa Cruz.
- <sup>14</sup> JOHANNES DIVJAK (ed.), *Oeuvres de Saint Augustin - 46 B - Lettres 1\*-29\** (Traduction et commentaire par divers auteurs), Paris, Études Augustiniennes, 1987.
- <sup>15</sup> Esta correcção havia-nos escapado na recensão feita em *Euphrosyne*, 17, 1989, 408-410.
- <sup>16</sup> Reconheça-se nisso o mérito incontestável de GIORGIO PASQUALI, *Storia della tradizione e critica del testo*, Firenze, 1934 (1952, 1962).
- <sup>17</sup> LEONARD E. BOYLE, *Loc. cit.*
- <sup>18</sup> *Id.*, *ib.*
- <sup>19</sup> J. IRIGOIN, "La critique des textes doit être historique", in *La critique textuelle greco-latina, oggi. Metodi e problemi*. Atti del convegno internazionale (Napoli, 29-31 ottobre 1979), ed. E. FLORES, Roma, 1981, p. 27-43.
- <sup>20</sup> MADDALENA SPALLONE, "Storia del libro, storia del testo: una interazione possibile", in *Les problèmes posés par l'édition critique...*, p. 73-93.
- <sup>21</sup> Cf. G. CAVALLO (ed.), *Le strade del testo*, Bari, 1987; ANDREA GIARDINI (ed.), *Società romana e impero tardoantico. IV. Tradizione dei classici, trasformazioni della cultura*, Roma-Bari, 1986; L. D. REYNOLDS (ed.), *Texts and Transmission. A Survey of the Latin Classics*, Oxford, 1983.
- <sup>22</sup> É desnecessário sublinhar quanto a noção de "fundo" é operativa; não há, de resto, ciência do indivíduo, mas de conjunto, pois só através deste é possível determinar os traços significativos ou pertinentes, por oposições significativas, e induzir uma matriz de compreensão global e nela apreender o valor do indivíduo.
- <sup>23</sup> Para remetermos para uma autoridade e para um tempo de reconhecido interesse, salientaremos a observação de J. E. G. TETZEL, *Latin Textual Criticism in Antiquity*, Salem, N. H., 1981, p. 238-239: "In antiquity, the preservation and the quality of a text were the result of the interests of its successive owners and readers, not of a scholarly editor".
- <sup>24</sup> R. J. TARRANT, "L'édition de la littérature latine classique", in *Les problèmes posés par l'édition...*, p. 1-56. A nossa tradução intenta compreender o alcance de uma posição, quando entendemos "instruments" por "esquemas" e "rigueur" por "abstracção". Não tivemos acesso à versão inglesa prometida para *Scholarly Editing*, ed. D. C. Greetham, Modern Language Association of America, New York.
- <sup>25</sup> YVES-MARIE DUVAL, "Un nouveau témoin de la recension de Clairvaux de l'*In Prophetas Minores* de Jérôme: le manuscrit 338 de Lisbonne (Alcobaça, XIV)", *Euphrosyne*, 13, 1985, 51-77.
- <sup>26</sup> Cf. *ib.* "Appendice".
- <sup>27</sup> *The works of Gilbert Crispin, Abbot of Westminster*, ed. Anna Sapir Abulafia & G. R. Evans, Londres, 1985.

- 28 AIRES A. NASCIMENTO, "Diferenças e continuidade na encadernação alcobacense - sua importância para a história de um scriptorium", *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 1983, 135-157; *Encadernação portuguesa medieval - Alcobaça*, Lisboa, 1984.
- 29 MANUEL C. DÍAZ Y DÍAZ, *Libros y Librerías en la Rioja altomedieval*, Logroño, 1979.
- 30 MANUEL C. DÍAZ Y DÍAZ, *El Codice Calixtino de la Catedral de Santiago - Estudio codicológico y de contenido*, Santiago de Compostela, 1988.
- 31 Isidorus Hispalensis, *De differentiis - Diferencias*, Libro I. Introducción, edición crítica, traducción y notas por Carmen Codoñer, Paris, Les Belles Lettres, 1992.
- 32 Y.-F RIOU, "Quelques aspects de la tradition manuscrite des *Carmina* d'Eugène de Tolède: du *Liber Catonianus* aux *Auctores octo morales*", *Revue d'Histoire des Textes*, 2, 1972, 11-44.
- 33 G. CAVALLO, *Le strade del Testo*, Bari, 1987, p. VI.
- 34 J. IRIGOIN, "Accidents matériels et critique des textes", *Revue d'Histoire des Textes*, 16, 1986, 1-36.
- 35 G. CAVALLO, "Scrittura, alfabetismo e produzione libraria nel tardo antico", *La cultura in Italia fra tardo antico e alto medioevo*, Atti del convegno di Roma (12-16 novembre 1979), II, Roma, 1981, 533.
- 36 SCEVOLA MARIOTTI, "Gli orientamenti dell'ecdotica dei testi latini antichi nel nostro secolo", *Le strade del testo*, cur. Guglielmo Cavallo, Bari, 1987, p. 139-147.
- 37 Não será demais citar as observações feitas a propósito de um caso concreto por J. M. DÍAZ DE BUSTAMANTE, "Venturas y desventuras de Draconcio en los últimos años - con el pretexto de la edición Moussy-Camus", *Euphrosyne*, 16, 1988, 355-364: "Mesmo assim, um estudo pormenorizado dos manuscritos no seu conjunto, por épocas, por regiões e, fundamentalmente, aplicando métodos «de estratos» na determinação de erros comuns, de hábitos dos copistas e dos leitores cujas pegadas, sim, é possível rastrear, um estudo, em suma que incorpore a valorização da tradição eugéniana como mundo não independente e que saiba incorporar o melhor dos conhecimentos actuais sobre a actividade dos filólogos no Renascimento italiano, um estudo assim seria um passo em frente no nosso conhecimento e apreço de um poeta que nunca foi valorizado em conformidade com o adequado escalão de méritos que lhe pertence".
- 38 Nietzsche, em 1886, no prefácio a *Morgenröthe*, escrevia: "A filologia é a prestigiosa arte que só exige do seu seguidor uma coisa, deixar-se ficar à parte, deixar correr o tempo, ficar em silêncio, tornar-se lento; sendo uma arte e uma habilidade de ourives da palavra, deve cumprir um trabalho delicadíssimo e atento; nada leva ao fim se não proceder lentamente. Mas justamente por isso é hoje mais necessária que nunca, é justamente por isso que tanto mais nos atrai e nos encanta quanto mais fortemente no interior de um tempo de trabalho, quero dizer, de esgotamento, de precipitação desatinada e esfalfante, somos capazes de destroçar num repente o quer que seja, mesmo até um livro antigo ou novo; com tal arte não é tão fácil despedaçar o quer que seja, ela ensina a ler bem, isto é, a ler lentamente, em profundidade, olhando para a frente e para dentro, sem fins escondidos, deixando as portas abertas". Cit. ap. BRUNO GENTILI, "L'arte della Filologia", *La critica testuale Greco-Latina, oggi - Metodi e problemi*, ed. E. Flores, Roma, 1981, 9-25.